26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS E AS PERSPECTIVAS DA INTENCIONALIDADE EM SUJEITOS TRANS: DESAFIOS E REFLEXÕES EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

OPEN GOVERNMENT DATA AND THE PERSPECTIVES OF INTENTIONALITY IN TRANS SUBJECTS: CHALLENGES AND REFLECTIONS IN A DECOLONIAL PERSPECTIVE

Jean Brito – Universidade de São Paulo /(USP)
Fernanda Alves Sanchez – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Campus Marília
Diana Vilas Boas Souto Aleixo – Universidade Federal do Espírito /(UFES)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo analisa criticamente a relação entre Dados Governamentais Abertos e os sujeitos informacionais travestis e transexuais, sob uma perspectiva decolonial na Ciência da Informação. Parte-se da problemática das práticas de produção e circulação da informação estatal, considerando que a coleta, a classificação, a atualização e a disponibilização dos dados são atravessadas por Intencionalidades e mediações humanas e tecnológicas. O objetivo consiste em articular os DGA às perspectivas da Intencionalidade dos sujeitos informacionais trans, refletindo sobre os desafios e as implicações dessas mediações. Metodologicamente, caracteriza-se como ensaio teórico de natureza exploratória e abordagem qualitativa, fundamentado na seleção intencional de literatura interdisciplinar e em uma análise interpretativa, sem caráter sistemático ou exaustivo. Os resultados demonstram que a abertura técnica dos dados não garante, isoladamente, justiça informacional; que inconsistências entre documentos e sistemas podem produzir uma cadeia de invisibilidade; e que as tecnologias incorporam Intencionalidades humanas e institucionais capazes de reproduzir estruturas cisnormativas. Conclui-se que a qualidade dos DGA depende não apenas de requisitos técnicos, mas também do reconhecimento e da participação dos sujeitos trans nos processos de produção, organização e avaliação dos dados. Como limitação, o estudo não analisou diretamente bases governamentais nem incorporou relatos desses sujeitos.
Palavras-chave: dados governamentais abertos; transexualidade; decolonialidade; mediação da informação; sujeitos informacionais.

Abstract: The study critically analyzes the relationship between Open Government Data and the informational subjects who are transvestites and transsexuals, from a decolonial perspective in Information Science. It starts from the problem of state information production and circulation practices, considering that the collection, classification, updating, and availability of data are permeated by Intentionalities and human and technological mediations. The objective is to articulate OGD with the perspectives of the Intentionality of trans informational subjects, reflecting on the challenges and implications of these mediations. Methodologically, it is characterized as a theoretical essay of exploratory nature and qualitative approach, grounded in the intentional selection of interdisciplinary literature and in an interpretative analysis, without systematic or exhaustive character. The results demonstrate that the technical openness of data does not guarantee, by itself, informational justice; that inconsistencies between documents and systems can produce a chain of invisibility; and that technologies incorporate human and institutional Intentionalities capable of reproducing cisnormative structures. It is concluded that the quality of OGD depends not only on technical requirements but also on the recognition and participation of trans subjects in the processes of data production, organization, and evaluation. As a limitation, the study did not directly analyze government databases nor incorporate accounts from these subjects.
Keywords: open government data; transsexuality; decoloniality; information mediaton; information subjects.

1 INTRODUÇÃO

A informação, enquanto elemento estruturante das relações sociais, políticas e identitárias, carrega em si tanto possibilidades de emancipação quanto de exclusão. Em contextos decoloniais, compreender a informação não apenas como um dado neutro, mas como um instrumento atravessado por relações de poder, torna-se fundamental para a análise crítica de processos sociais contemporâneos. Neste cenário, os Dados Governamentais Abertos (DGA) emergem como instrumentos de transparência e cidadania, mas também como arenas de disputa simbólica e material, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados, como os sujeitos travestis e transexuais.

A proposta de estudar os DGA e os sujeitos informacionais trans insere-se em uma agenda crítica no contexto da Ciência da Informação (CI). Sua relevância reside em questionar os sistemas hegemônicos de produção e circulação da informação, a partir da Intencionalidade, evidenciando os sujeitos trans como agentes informacionais na sociedade. Esse processo acarreta a demanda por uma revisão das formas como o Estado coleta, classifica, descreve e disponibiliza dados, já que essas práticas frequentemente operam sob lógicas cisnormativas e coloniais.

Além disso, a análise deste cenário informacional, fundamentada nas perspectivas da Intencionalidade e das mediações humanas e tecnológicas, possibilita deslocar a

compreensão dos DGA de um paradigma predominantemente tecnicista para uma abordagem orientada pela justiça informacional e a pluralidade de saberes. Nesse contexto, a Intencionalidade se manifesta tanto nas práticas institucionais de produção e organização dos dados quanto nas estratégias de resistência e reivindicação de reconhecimento mobilizadas pelos sujeitos trans, especialmente no que se refere ao nome e identidade de gênero.

Dessa forma, as bases de dados públicas, muitas vezes construídas a partir de lógicas cisnormativas, expõem barreiras à inclusão plena e ao reconhecimento das identidades trans, seja pela ausência de dados qualificados, pela dificuldade de atualização de informações ou pela reprodução de marcadores discriminatórios. Refletir sobre a relação entre DGA e sujeitos trans é, portanto, refletir sobre os próprios regimes de visibilidade e invisibilidade que configuram o campo informacional contemporâneo.

Na perspectiva de Moura (2022), a decolonialidade constituiu um movimento de ruptura com epistemologias coloniais que invisibilizam saberes, existências e diferentes modos de ser. Para a autora, pensar a informação de maneira decolonial implica reconhecer a pluralidade de sujeitos e seus direitos informacionais, questionando as estruturas classificatórias que historicamente legitimaram apenas determinadas formas de existência.

A problemática do estudo consiste na análise crítica das práticas de produção e circulação da informação estatal, com foco na relação entre os sujeitos informacionais trans e os DGA. Busca-se, assim, compreender como paradigmas coloniais e cisnormativos que interferem nessas dinâmicas. Nesse contexto, este ensaio teórico tem como objetivo propor uma articulação entre os DGA e as perspectivas da Intencionalidade dos sujeitos informacionais trans, refletindo sobre os desafios e implicações envolvidos no processo de relações das mediações humanas e tecnológicas.

A pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza exploratória e abordagem qualitativa, baseado na análise crítica de obras acadêmicas e documentos institucionais relevantes no campo da CI, dos dados governamentais abertos e dos estudos de gênero. Conforme Meneghetti (2011), o ensaio teórico busca construir novos olhares a partir da problematização e articulação de conceitos, permitindo interpretações críticas sobre determinado fenômeno.

A literatura foi selecionada de forma intencional, conforme sua pertinência para articulação dos conceitos de dados governamentais abertos, sujeitos informacionais trans,

intencionalidade, mediações humanas e tecnológicas, bem como a perspectiva decolonial. Por se tratar de um ensaio teórico, a seleção não teve caráter sistemático ou exaustivo. A análise adotou uma abordagem interpretativa, orientada pela problematização e articulação crítica desses conceitos.

2 DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: OS DESAFIOS E BARREIRAS PARA O ACESSO

O debate sobre a abertura de dados desenvolveu-se a partir da década de 1970, influenciado pelas iniciativas de acesso livre e pelo movimento de *software* de código aberto (Possamai, 2016). Posteriormente, a *Open Knowledge Foundation* (2012), definiu que os dados abertos como aqueles que podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos, considerando os três princípios fundamentais: disponibilidade e acesso; reutilização e redistribuição; e participação universal.

Modelos e diretrizes contribuíram para consolidar essa concepção, entre os quais: as "5 Estrelas dos Dados Abertos", de Berners-Lee (2010); os "Oito Princípios dos Dados Abertos"; as "*Three Laws of Open Government Data*"; e os "*Ten Principles for Opening Up Government Information*", da *Sunlight Foundation* (2010). No âmbito governamental, Albano (2014, p. 23), define os DGA como "a disponibilização de dados por parte dos governos, nos mesmos formatos estabelecidos para dados abertos" Sua disponibilização pode fortalecer a transparência, a participação cidadã, a responsabilização pública e fornece subsídios para a formulação de políticas e soluções sociais (Berners-Lee, 2009).

No entanto, a prática institucional revela um descompasso entre as diretrizes de abertura e sua implementação. Esse cenário configura um estado de anomia, caracterizado tanto pela ausência de normas claras ou pela inobservância das diretrizes existentes na comprometendo a transparência, o controle social, a inovação, e a construção de um ecossistema informacional confiável, sustentável e participativo (Aleixo, 2020). As consequências incluem a baixa acessibilidade e utilização dos dados, a ausência de padrões e a insuficiência de mecanismos de atualização, validação e interoperabilidade.

Essas limitações também afetam a utilização dos DGA por aplicações de Inteligência Artificial (IA). Quando sistemas de IA empregam dados governamentais incompletos, desatualizados ou pouco representativos, podem produzir resultados limitados e reproduzir vieses existentes. Neste sentido, a qualidade, a abertura e a disponibilidade dos dados

constituem condições importantes para o processamento e a produção ética e transparente de informações (Oliveira; Silva; Pereira, 2024).

No contexto dos sujeitos trans, entretanto, a abertura técnica dos dados não garante, por si só, a justiça informacional. Taylor (2017, p. 1) compreende a justiça de dados como a "*[...] fairness in the way people are made visible, represented and treated [...]*". Nessa perspectiva, um conjunto de dados pode estar acessível, reutilizável e publicado em formato aberto, mas permanecer incompleto ou discriminatório quando os sistemas responsáveis por sua produção não reconhecem adequadamente o nome social, a identidade de gênero ou as alterações realizadas no registro civil. Assim, a qualidade da representação deve ser compreendida como uma dimensão necessária da abertura, pois a ausência, a desatualização ou a inconsistência dos identificadores podem reproduzir invisibilidades mesmo em bases formalmente abertas.

Diante disso, discutir a abertura dos dados implica considerar os sujeitos que os produzem, utilizam e são representados por eles. A seguir, aborda-se o conceito da transexualidade, enfatizando como as práticas informacionais podem impactar as possibilidades de agência e reconhecimento de populações historicamente marginalizadas, como os sujeitos informacionais trans, em especial, no contexto digital e da Intencionalidade por meio das mediações humanas e tecnológicas.

3 TRANSEXUALIDADE

A compreensão sobre gênero e transexualidade é marcada por processos históricos, sociais e culturais que desafiam noções binárias e essencialistas sobre a identidade humana. O conceito de gênero, conforme apontado por Scott (2017), não se restringe às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas deve ser compreendido como uma construção social que organiza as relações de poder. Para a autora, "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e um meio primário de significar as relações de poder" (Scott, 2017, p. 86). A definição amplia a compreensão sobre as múltiplas formas de expressão de gênero e rompe com a ideia de uma identidade fixa e naturalizada e permite questionar categorias empregadas na representação dos sujeitos nos sistemas informacionais.

Nesse sentido, Butler (2003) propõe a performatividade de gênero como chave analítica, compreendendo o gênero não como uma identidade fixa, mas como uma construção

produzida e reiterada por atos e práticas sociais. Tal perspectiva reconhece a diversidade das experiências de pessoas trans e travestis, cujas vivências desafiam as normas hegemônicas de gênero.

A transexualidade, por sua vez, foi historicamente patologizada, especialmente nos campos da medicina e da psiquiatria, produzindo estigmatização e exclusão social. Com a atualização da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a incongruência de gênero da categoria de transtornos mentais e a inseriu entre as condições relacionadas à saúde sexual. A mudança representa um avanço no processo de despatologização, embora persistam resquícios do olhar biomédico sobre as identidades trans (OMS, 2019).

No campo dos estudos brasileiros sobre transexualidade, Bento (2006) destaca a importância de compreender a identidade trans como um fenômeno plural, complexo e situado. Em sua obra "A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual", a autora discute as formas pelas quais pessoas trans constroem suas identidades a partir de narrativas próprias e práticas de resistência, evidenciando a importância de considerar as formas como esses sujeitos reconhecem e expressam suas identidades.

Além disso, a transfobia se constitui como mecanismo estrutural de violência que impacta a vida das pessoas trans no acesso à educação, saúde e trabalho. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2023), o Brasil permaneceu, em 2022, como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans e travestis no levantamento internacional utilizado pela referida Associação, evidenciando a urgência de políticas públicas afirmativas. A marginalização dessas existências associa-se à naturalização de discursos cisnormativos que invisibilizam e deslegitimam identidades dissidentes

Portanto, o debate sobre gênero e transexualidade demanda uma abordagem crítica e interseccional que reconheça a pluralidade dos sujeitos informacionais, combata as normativas sociais e promova uma cultura de respeito à diversidade.

4 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO INFORMACIONAL E AS ABORDAGENS DA INTENCIONALIDADE

No campo da CI, é comum encontrar estudos que tratam o sujeito como "usuário" que busca informação e recorre à interação com os ambientes informacionais para suprir suas demandas. Tais pesquisas visam aprimorar a padronização de formas, recursos e

funcionalidades desses espaços, garantindo que a disseminação de dados e informações atenda a tais necessidades com qualidade.

No contexto do fenômeno informacional, os sujeitos ultrapassam o lugar de "usuário" da informação e assumem um papel de protagonismo no que concerne à geração de dados e informação e à contribuição na representação e organização do conhecimento, seja de forma individual ou coletiva. A questão referente à mudança do termo "usuário da informação" para o termo "sujeito informacional" na CI está associada ao estudo social da informação e à construção do ser no mundo (Cruz; Araújo, 2020).

A construção do sujeito informacional ocorre por meio de suas relações e nos contextos aos quais pertence, sejam eles sociais, culturais, políticos, religiosos, os tecnológicos etc. Nesse sentido, "as identidades não são impostas, elas são construídas; são o produto de relações sociais complexas" (Rendón-Rojas; García Cervantes, 2012, p. 37).

Nesse contexto, a identidade dos sujeitos informacionais relaciona-se aos estudos da Intencionalidade. A "intencionalidade é própria de fenômenos e tem a ver com direcionalidade de estados intencionais de experiência, emoções e necessidades"; assim, "a informação, enquanto fenômeno possui essa direcionalidade como aquela que é sempre acerca de ou direcional a" (Miranda, 2010, p. 298, grifo da autora).

A formalização da Intencionalidade humana ocorre por meio de representações, que são materializadas em dados e informações de diferentes tipos, formas e formatos. O processo envolve relações complexas entre os sujeitos informacionais, as tecnologias e os processos informacionais (Sanchez, 2024). Por meio dos atos e/ou ações intencionais dos sujeitos informacionais expressam suas crenças, desejos, dúvidas, medos a qual também são manifestados suas habilidades, competências, comportamentos que foram construídas a partir das experiências obtidas ao longo da vida (Miranda, 2018; Sanchez; Castro; Vechiato; Vidotti., 2023).

Assim, a Intencionalidade não ocorre de maneira isolada, mas se constitui nas relações entre os sujeitos, os contextos, os meios de circulação da informação, as tecnologias, os tipos de informação, as formas de representação, entre outros (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Junior., 2022; Sanchez, 2024).

Dentro do contexto dos sujeitos informacionais trans, entende-se que o processo de reconhecimento no mundo está intrinsecamente ligado à identificação, e grande parte dessa

afirmação passa pelo nome de registro que pode ser visto como um elemento central de pertencimento social para essas pessoas que passam a ressignificar a construção da sua identidade por meio do seu nome social. Mais do que um simples identificador, o nome é a manifestação mais expressiva da personalidade, consolidando a identidade do indivíduo no núcleo familiar e na comunidade (Venosa, 2013).

Nesse sentido, as normas estabelecidas pelo Estado buscam garantir o reconhecimento da identidade e a emissão adequada da documentação oficial das pessoas trans. No campo da saúde, a Portaria GM/MS nº 1.707/2008 instituiu o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), representando um avanço na atenção a essa população.

No âmbito do registro civil, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 pelo Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito das pessoas trans à alteração do prenome e da classificação de gênero, independentemente de cirurgia ou autorização judicial (Brasil, 2018a). Posteriormente, o Provimento CNJ nº 73/2018 regulamentou administrativamente a averbação dessas alterações nos registros de nascimento e casamento (Brasil, 2018b).

Entende-se, portanto, que o exercício dos direitos das pessoas trans dependem das mediações humanas e tecnológicas capazes de garantir a atualização, a padronização e a interoperabilidade das bases de dados e dos sistemas informacionais do Estado. No entanto, quando os órgãos públicos registram nomes sociais ou marcadores de gênero de forma inconsistente (ou omitem devido a preconceito), essa falha na coleta e disponibilização dos dados afeta diretamente a representação digital dessa população em diferentes esferas da sociedade.

Desse modo, este ensaio buscou, na literatura, discutir teoricamente como as Intencionalidades presentes nas mediações humanas e tecnológicas interferem na produção e disponibilização dos dados, revelando a permanência de estruturas cisnormativas nos processos informacionais e desumanizam corpos trans na sociedade.

5 RESULTADOS

A partir da articulação da literatura analisada, as reflexões foram organizadas em torno do reconhecimento identitário nos sistemas estatais, das mediações humanas e tecnológicas e da reprodução de estruturas cisnormativas nos dados e nas tecnologias. Essa articulação

indica que as barreiras enfrentadas pelos sujeitos trans não decorrem apenas da ausência de dados, mas também das formas pelas quais estes são coletados, classificados, atualizados e utilizados.

A comunidade LGBTQIAPN+, especialmente os sujeitos travestis e transexuais, enfrentam barreiras em diversas esferas sociais, desde a saúde pública e a educação até o mercado de trabalho e o sistema judiciário. Um dos pontos de reflexão deste ensaio refere-se às dificuldades relacionadas ao reconhecimento do nome e da identidade de gênero, elementos essenciais para o pertencimento e o exercício da cidadania.

Estudos realizados a partir de 2008, apontaram dificuldades especialmente na área da saúde, incluindo relatos de desrespeito ao atendimento humanizado, acolhedor e integral, além de casos de violência, humilhação e discriminação relacionados à falta de padronização dos sistemas e à não adoção do nome social (Mello; Perilo; Braz; Pedrosa, 2011; Souza; Malvasi; Signorelli; Pereira, 2015; Rocon; Rodrigues; Zamboni; Pedrini, 2016). Esses resultados demonstram que o reconhecimento normativo do nome social não assegura, isoladamente, sua adoção nos sistemas e nas práticas institucionais.

No mesmo sentido, a cartilha Projeto Eu Existo: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis, elaborada pela ANTRA e pelo Instituto Prios (2018), registra dificuldades enfrentadas por pessoas trans no acesso à retificação do registro civil. Tais obstáculos evidenciam que a existência de normas jurídicas precisa ser acompanhada pela adequação das práticas cartorárias, dos procedimentos administrativos e dos sistemas responsáveis pela atualização dos dados.

O problema do reconhecimento identitário transcende a esfera civil e alcança os registros de saúde e mortalidade. Benevides e Nogueira (2021) apontam a dificuldade de quantificar com precisão as pessoas trans vítimas da COVID-19 e de garantir o respeito ao nome social e à identidade de gênero nos registros médicos e atestados de óbito. A inconsistência desses registros produz uma continuidade entre a invisibilidade vivenciada no acesso aos serviços públicos e aquela observada nas estatísticas oficiais.

Embora o recorte deste ensaio esteja concentrado nos sujeitos trans, os mecanismos de classificação e invisibilização identificados podem suscitar reflexões sobre outros grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, indígenas e periféricas. Entretanto, a

análise desses grupos demanda estudos específicos que considerem suas particularidades sociais e informacionais.

A problemática também se manifesta nas tecnologias de IA, especialmente quando os sistemas automatizados são desenvolvidos ou alimentados com dados que reproduzem desigualdades sociais. Os algoritmos “aprendem o que lhes é ensinado, e se o ensino for enviesado, suas conclusões também serão” (Salmoria; Ramos, 2024, p. 216). Bem como são impactados pela falta de diversidade nas equipes o que perpetua consciente e inconscientemente preconceitos de gênero e raça a esses algoritmos (Chaves Junior; Guasque; Pádua, 2023)

Costa e Kremer (2020) destacam que as informações relativas à identidade de gênero, raça, etnia e dados biométricos merecem especial atenção nos sistemas de IA, por constituírem dados sensíveis com alto potencial discriminatório. Os autores alertam que o processamento dessas categorias por sistemas automatizados pode reproduzir e ampliar vieses sociais, uma vez que as classificações algorítmicas frequentemente se baseiam em percepções limitadas e problemáticas sobre a diversidade.

Entre os problemas identificados, destacam-se a geração de imagens estereotipadas por IA, a discriminação associada às imagens compartilhadas nas mídias sociais e as limitações do reconhecimento facial de pessoas após a transição. Essas limitações podem dificultar a autenticação em serviços públicos ou privados, especialmente quando há divergência entre a imagem atual do sujeito e os dados ou documentos utilizados pelo sistema (Chaves Junior; Guasque; Pádua, 2023; Salmoria; Ramos, 2024).

Dessa forma, fica claro os impactos e interferências causados pelas mediações humanas e tecnológicas de forma mútua. Isso porque, por exemplo, o banco de dados do Estado é alimentado pela Intencionalidade dos sujeitos informacionais que manifestam suas cargas ideológicas e afetam o aprendizado de máquina. No entanto, por se tratar de modelos matemáticos há uma falsa neutralidade relacionada a eficiência e eficácia desses resultados que na verdade estão marcados de subjetividade e vieses, é necessário compreender que nem a informação e nem a tecnologia são neutras, pois sempre irão ter interferências das ações humanas e os contextos a qual elas pertencem (Sanchez, 2024).

A articulação das reflexões desenvolvidas permite formular três proposições: a abertura técnica dos dados não garante justiça informacional; a inconsistência entre

documentos e sistemas produz uma cadeia de invisibilidade; e as tecnologias incorporam Intencionalidades humanas e institucionais que podem reproduzir estruturas cisnormativas. Desse modo, a qualidade dos DGA depende não apenas de requisitos técnicos, mas também do reconhecimento dos sujeitos trans como participantes dos processos de produção, organização e avaliação dos dados.

Portanto, cabe à CI ampliar os estudos orientados por uma perspectiva decolonial da informação, evidenciando como práticas informacionais inclusivas podem contribuir para uma sociedade plural. Isso exige, considerar a Intencionalidade, as mediações humanas e tecnológicas e a participação dos sujeitos representados como elementos necessários à produção de dados abertos socialmente justos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre os DGA e os sujeitos informacionais trans evidencia a urgência de repensar criticamente os sistemas de informação estatais à luz das desigualdades estruturais que atravessam as vivências dissidentes. Ao propor uma leitura decolonial da informação, este ensaio buscou tensionar os paradigmas cisnormativos e coloniais ainda predominantes nas práticas de produção, organização e circulação de dados, demonstrando como tais estruturas podem perpetuar invisibilidades, apagamentos e violências simbólicas. A análise demonstrou que essas invisibilidades não decorrem apenas da ausência de dados, mas também das escolhas humanas, institucionais e tecnológicas envolvidas em sua coleta, classificação, atualização e disponibilização.

Entende-se que a abertura técnica dos dados não garante, isoladamente, justiça informacional, sobretudo quando os sistemas estatais não representam adequadamente o nome e a identidade de gênero dos sujeitos trans. Além disso, a inconsistência entre documentos e sistemas produz uma cadeia de invisibilidade, enquanto as tecnologias incorporam Intencionalidades humanas e institucionais capazes de reproduzir estruturas cisnormativas. Esses resultados reforçam a contribuição da CI para a construção de práticas informacionais orientadas pela diversidade e pelos direitos humanos.

Reconhecer os sujeitos trans como protagonistas nos ecossistemas informacionais implica valorizar suas experiências e formas de conhecimento, bem como sua participação nos processos de produção, organização e avaliação dos dados. Isso exige, portanto, um compromisso ético e político da CI com práticas inclusivas, participativas e sensíveis à

diversidade, visando incluir estudos que levem em consideração a Intencionalidade dado seu grau de interferência (positiva e/ou negativa) nas diferentes esferas da sociedade.

Como limitação, reconhece-se que o estudo possui natureza teórica e não analisou diretamente conjuntos de DGA nem incorporou relatos de sujeitos trans. Pesquisas futuras poderão examinar bases de dados específicas, identificar problemas de padronização e atualização dos registros e investigar, junto aos sujeitos trans, as dificuldades relacionadas ao reconhecimento do nome e da identidade de gênero nos sistemas informacionais estatais.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Claudio Sonaglio. **Dados governamentais abertos**: proposta de um modelo de produção e utilização sob a ótica conceitual da cadeia de valor. 2014. 217 p. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.12.2014.tde-03062014-170642. Acesso em: 19 jun. 2026.

ALEIXO, Diana Vilas Boas Solta **O estado de anomia dos dados no acesso aos dados governamentais abertos no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/191686. Acesso em: 19 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: https://antra.org.br/. Acesso em: 19 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; INSTITUTO PRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS. **Projeto Eu Existo**: alteração do registro civil de pessoas trans e travestis. [*S. l.*]: ANTRA: PRIOS, 2018. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/11/cartilha-alteracao-nome-e-genero2.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNERS-LEE, Tim. **Putting government data online**. [*s. l.*]: W3C, jun. 2009. (Design Issues). Disponível em: http://www.w3.org/DesignIssues/GovData.html. Acesso em: 19 jun. 2026.

BERNERS-LEE, Tim. **5 star deployment scheme for open data**. [*s. l.*]: 5stardata.info, 2010. Disponível em: https://5stardata.info/pt-BR/. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Brasília, DF: CNJ, 2018a. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.275/DF. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em 1 mar. 2018. Brasília, DF: STF, 2018b. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371. Acesso em: 8 set. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Ruleandson do Carmo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos ibero-americanos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n1.43934. Acesso em: 19 jun. 2026.

CHAVES JUNIOR, Airton; GUASQUE, Barbará; PÁDUA, Tiago Santos Aguiar de. Segregação racial e vieses algorítmicos: máquinas racistas no âmbito do controle penal. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2238-0604.2023.v19i2.4768. Acesso em: 19 jun. 2026.

COSTA, Ramon; KREMER, Bianca. Inteligência artificial e discriminação: desafios e perspectivas para a proteção de grupos vulneráveis diante das tecnologias de reconhecimento facial. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 145-167, 2022. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/1316/1065. Acesso em: 19 jun. 2026.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camila Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 9, dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002. Acesso em: 19 jun. 2026.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/. Acesso em: 19 jun. 2026.

MIRANDA, Márjory Karoline Fernandes Oliveira. **O acesso à informação no paradigma pós-custodial**: da aplicação da intencionalidade para findability. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do

Porto, Porto, 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/50422. Acesso em: 19 jun. 2026.

MIRANDA, Márjory Karoline Fernandes Oliveira. A teoria da intencionalidade e a informação: definições e propriedades para o fenômeno. *In*: ROJAS, R.; ÁNGEL, M. (ed.). **La intencionalidad en la ciencia de la información documental**. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. p. X. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 19 jun. 2026.

MOURA, Maria Aparicida. Colonialidade algorítmica e epistemologia de dados: desafios à mediação social da informação. *In*: SALDANHA, G.; MARTELETO, R. (org.). **A mediação dos saberes em perspectiva**: V Colóquio Científico Internacional da Rede MUSSI. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. v. 1, p. 103-112.

OLIVEIRA, Danielle Texeira de; SILVA, Patrícia Nascimento.; PEREIRA, Frederico Cesar Mafra. Inteligência artificial para recuperação de dados abertos: reflexões e proposições para a experiência do usuário no Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 18, 2024. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15462. Acesso em: 19 jun. 2026.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. **Open data handbook**. [*S. l.*]: OKF, 2012. Disponível em: http://opendatahandbook.org/. Acesso em: 19 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**: CID-11. Genebra: OMS, 2019. Disponível em: https://icd.who.int/. Acesso em: 19 jun. 2026.

POSSAMAI, Ana Júlia. **Dados abertos no Governo Federal brasileiro**: desafios de transparência e interoperabilidade. 2016. 313 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/156363. Acesso em: 19 jun. 2026.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Angel; GARCÍA CERVANTES, Alejandro. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria informacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 30-45, jan./abr. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p30/21709. Acesso em: 19 jun. 2026.

ROCON, Pablo Cardozo.; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015. Acesso em: 19 jun. 2026.

SALMORIA, Camila Henning; RAMOS, Wanessa Assunção. Discriminação algorítmica: desvendando a representação de pessoas trans e queer por modelos de IA geradores de

imagem. **Revista CNJ**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 211-226, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/618. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANCHEZ, Fernanda Alves. **Intencionalidade informacional**: abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas no campo da ciência da informação. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/256900. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANCHEZ, Fernanda Alves; VIDOTTI Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; VECHIATO, Fernando Luiz; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245282.111998. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANCHEZ, Fernanda Alves; CASTRO, Fabiana Ferreira; VECHIATO, Fernando Luiz; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Correlações da Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade: contribuições para a encontrabilidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 52, n. 2, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.6030. Acesso em: 19 jun. 2026.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 19 jun. 2026.

SOUZA, Marta Helena Teixera de; MALVASI, Paulo; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514. Acesso em: 19 jun. 2026.

SUNLIGHT FOUNDATION. **Ten principles for opening up government information**. [*S. l.*]: Sunlight Foundation, 2010. Disponível em: https://shorturl.at/qkefn. Acesso em: 19 jun. 2026.

TAYLOR, Linnet. What is data justice? The case for connecting digital rights and freedoms globally. **Big Data & Society**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 1-14, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2053951717736335. Acesso em: 8 set. 2026.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Coleção Direito Civil, v. 1).

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.